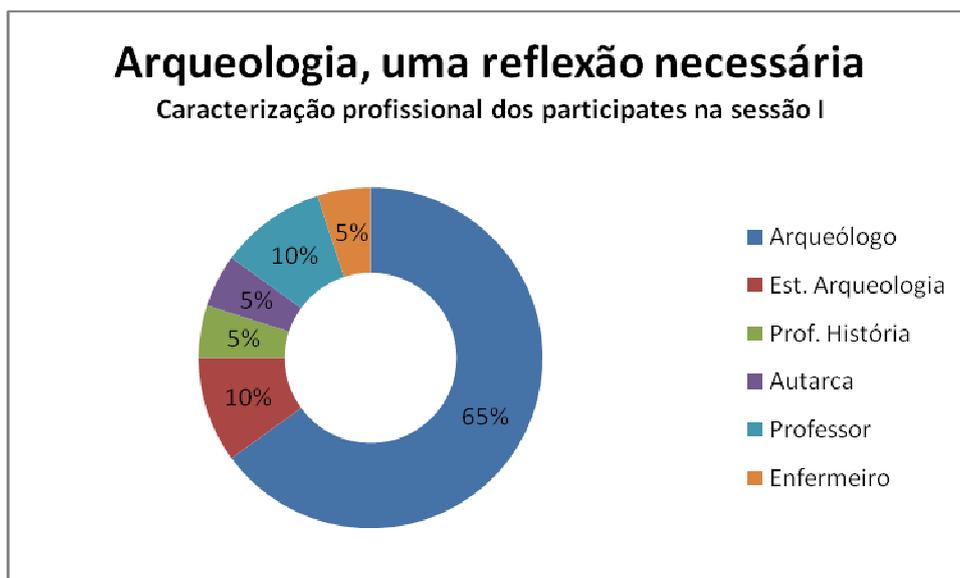


Balanço da Sessão – Ensino e Carreiras – do Ciclo de Conferências “Arqueologia, uma reflexão necessária”

Com um programa mais extenso esta sessão representava um desafio em termos de logística necessária ao seu bom funcionamento.

Os três painéis tinham a temas que se relacionavam entre si, originando uma participação cruzada entre os oradores que integravam os diferentes painéis, a que se juntou uma intervenção empenhada da assistência nos espaços destinados ao debate.



1

Gráfico 1: Nesta sessão a participação predominante pertenceu aos arqueólogos, seguidos a longa distância pelos estudantes de arqueologia. Assinale-se a ainda assim a diversidade de presenças, o que poderá significar que há uma margem fora do âmbito estrito da arqueologia para a discussão dos problemas de cariz profissional.

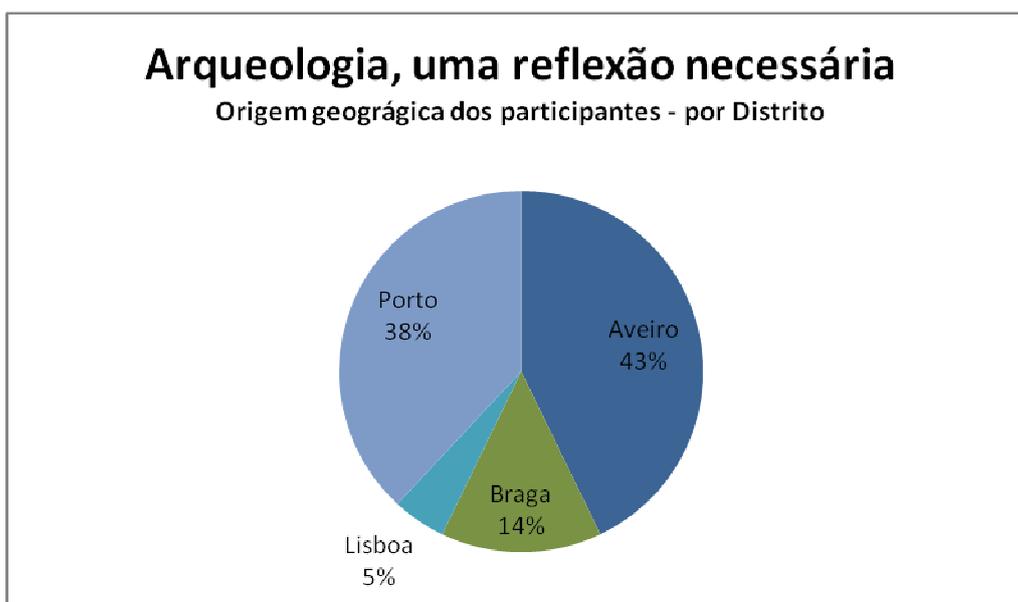


Gráfico 2: Sem grandes surpresas podemos verificar que os participantes eram na sua maioria provenientes dos Distritos do Centro e Norte do País, não se tendo registado uma adesão significativa a esta conferência nos Distritos do Centro e Sul.

Painel I

O debate sobre o ensino reuniu representantes de três modelos distintos de formação arqueológica. O Professor Carlos Fabião da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Professor Luís Oosterbeek do Instituto Superior Politécnico de Tomar e o Doutor Lino Tavares Dias, um dos responsáveis pela criação da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo.

A primeira intervenção pertenceu a Carlos Fabião que começou por definir que o ensino da arqueologia se deveria fazer tendo em conta três vectores: a Universidade, a Tutela e o Mercado, que se encontram interligados. Ou seja a Universidade não pode formar pessoas que não correspondam ao que a tutela preconiza e o mercado pretende, mas estes devem dar sinais claros daquilo que pretendem das universidades.

No caso da arqueologia a sua prática implica uma intervenção directa sobre bens que a todos pertencem, logo o facto de a universidade formar pessoas para intervirem sobre um património comum, não as exime de estarem submetidas a uma tutela que avalie os seus actos.

O reconhecimento dos bens arqueológicos como património comum a todos é fundamental para evitar a sua destruição.

Estabelecido este cenário e tendo em conta a nova realidade de formação trazida pela reorganização do ensino superior decorrente do processo de Bolonha, foi apresentado o quadro de competências genéricas da formação em arqueologia, para o primeiro ciclo estabelecido na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Esse quadro de carácter assumidamente genérico tem por base um novo paradigma que decorre da aplicação do modelo de Bolonha e que se centra em quatro áreas: a necessidade de formação contínua em múltiplos ambientes, a actualização constante dos conhecimentos, a participação em acções de formação e a diversificação de saberes e competências.

A este modelo foram apontadas as virtudes de possibilitar uma maior mobilidade dos estudantes no espaço europeu, permitindo o enriquecimento de conhecimentos e técnicas que nem sempre são praticados no local de base da formação universitária e evitando a cristalização do conhecimento.

A este respeito ocorre-me recordar as palavras do Professor José Nunes Carreira que em 1992, explicava aos seus alunos que na Alemanha as carreiras universitárias se desenvolviam em diferentes instituições à medida que era ultrapassada uma nova etapa, o que permitia a circulação das ideias e das pessoas e evitava a criação de clãs.

Este modelo de formação (Bolonha) implicou uma reforma das instituições, com vista à definição de processos formativos mais claros, que permitam estabelecer as competências adquiridas por cada aluno na sua formação, sendo vertidas no seu diploma e exigindo um maior acompanhamento por parte dos professores, para ser eficaz.

O primeiro ciclo desta formação acaba por ser abrangente, pois visa dotar os alunos de uma competência técnica e interpretativa, que deverá ser complementada pela especialização ou diversificação dos ciclos seguintes.

A esta formação o mercado responde com críticas da sua insuficiência e inadequação, mas que na opinião do orador são recorrentes a outras áreas de actividade e não apenas da arqueologia. Daí que tenha enfatizado a necessidade de se criarem mecanismos entre as universidades e o mercado de trabalho que permitam aos estudantes praticar e aumentar as suas competências, ao mesmo tempo que institucionalmente se procura aproximar a formação daquilo que essas entidades procuram.

Alertou ainda para que as possíveis alterações a fazer nas estruturas curriculares, teriam que ser sempre por substituição de conteúdos pois não é possível acrescentar cadeiras sem retirar outras para manter o equilíbrio dos planos de formação a nível europeu, pelo que as universidades devem, na sua opinião, resistir à tentação de mudar numa perspectiva de curto prazo, mas antes pensarem que a estruturação dos cursos deve ter em conta as necessidades a longo prazo.

As últimas palavras foram para a importância do papel da tutela ao reconhecer o trabalho dos profissionais quando aprova os relatórios produzidos, mas salientando que esta tem sido claramente deficitária nessa sua função o que contribui para alguma degradação da imagem dos arqueólogos e das empresas de arqueologia.

A intervenção de Luiz Oosterbeek apresentou alguns pontos de contacto com a de Carlos Fabião, nomeadamente quanto à mudança de paradigma vivido na formação da arqueologia, que não se restringe a Portugal mas que é um processo global.

Enfatizou que este debate chegou até nós tardiamente, e que as insuficiências apontadas à formação resultam da resistência à mudança que algumas instituições procuraram manter até ao limite.

No entanto, o quadro alterou-se e não devemos encarar a formação no contexto nacional, mas antes no contexto europeu, pois será nesse espaço que os arqueólogos terão de competir num contexto de mercado de trabalho e não de investigação pura.

Em consequência disso, a resistência excessiva e a má aplicação do modelo de Bolonha terá como consequência futura o desemprego dos alunos das universidades que enveredem por esse caminho.

Apresentou alguns dados que demonstram que a nível europeu o rácio estimado de arqueólogos por Km² em Portugal, só é ultrapassado por 5 países, todos eles, com um PIB superior ao nosso.

Apresentou depois o caso Irlandês, como um exemplo da adequação da arqueologia às necessidades do país, tendo como base para essa situação a realização de um estudo prospectivo daquilo que seriam as necessidades da Irlanda, no que à arqueologia concerne em 2020.

Esse estudo concluído em 2004 permitiu identificar os problemas da arqueologia irlandesa (tutelas divididas, acumulação de materiais por estudar, e desinteresse do público) e apontar os caminhos a seguir para que essas situações fossem ultrapassadas. A implementação das soluções propostas permitiu triplicar o número de arqueólogos em 6 anos, mantendo um dos rácios mais baixos da Europa e uma das percentagens mais elevadas de arqueologia de campo.

Bolonha pode permitir no caso português adequar as necessidades de formação a esta nova realidade pois a aprendizagem passa a estar centrada no aluno, os currículos ganham flexibilidade e as competências passam a ser discriminadas em cada caso. Referiu também que a partir do segundo ciclo os profissionais passam a poder especializar-se ou desenvolver actividades de reciclagem dos seus conhecimentos, garantindo uma formação contínua.

Defendeu que o primeiro ciclo deve permitir uma formação com múltiplos perfis dentro da arqueologia, evitando a duplicação na transmissão dos conhecimentos e que os institutos politécnicos estariam mais vocacionados para responder aos desafios impostos por Bolonha do que as Universidades.

Chamou ainda a atenção para o risco de esvaziamento das competências para as carreiras de técnicos de arqueologia que o processo de Bolonha pode encerrar sugerindo que as escolas profissionais deveriam encontrar formas de ligação ao ensino superior, para evitar essa situação.

Por último destacou que o fim dos PNTA, não deve ser encarado como o fim da investigação arqueológica, visto que se encontram meios financeiros disponíveis na FCT para a investigação arqueológica.

A última intervenção deste painel a cargo de Lino Tavares Dias teve por base a génese da criação da Escola Profissional de Arqueologia no Freixo. Começou por elencar a necessidade sentida, nos finais da década de setenta, de profissionais capazes de desenvolver tarefas que requeriam uma especialização técnica para as quais não existiam profissionais certificados.

Essa ausência de certificação impedia existência de uma formação concreta e da circulação de profissionais.

A situação viria a alterar-se em meados dos anos 80 com a criação do GETAP, no Ministério da Educação que pretendia criar percursos de cariz profissionalizante, alternativos à via que direccionava os alunos apenas para o ensino universitário.

É nesse contexto que surge a Escola Profissional de Arqueologia, localizada junto a um sítio arqueológico e que recrutou para os seus quadros professores com formações em áreas nas quais, à partida os arqueólogos não se sentiam à vontade.

Esses dois aspectos viriam a revelar-se fundamentais, na sua opinião para o sucesso da escola pois permitem uma formação prática muito forte e garante uma diversificação dos conhecimentos obtidos que se revela fundamental para a abertura de múltiplas saídas profissionais, inclusivamente ao possibilitar o prosseguimento de estudos de nível superior em áreas que não se restringem à arqueologia.

Por outro lado o nível etário dos alunos, e a sua inserção no mercado de trabalho preparada, previamente com a realização de estágios em diferentes locais, durante o seu percurso escolar tem garantido uma taxa de empregabilidade muito elevada.

Para isso tem contribuído igualmente a procura de formas de articulação com os problemas do quotidiano e com as outras profissões.

Bolonha constitui-se um desafio para a Escola Profissional, em virtude das mudanças que acarreta na formação e que podem esvaziar algumas das funções que a formação pretendia conferir, no entanto, ainda não é possível ter uma dimensão exacta dessa mudança.

O debate foi bastante vivo salientando-se a ideia transmitida pela Dr.^a Rosa Soares do risco da validação de competências, nomeadamente através do programa “Novas Oportunidades”, se poder estender a uma área técnica como a dos assistentes de arqueólogo, com os riscos de descaracterização e desqualificação da profissão que daí advém.

Como comentário a uma afirmação proferida por Carlos Fabião, segundo o qual muitas vezes os jovens arqueólogos tendem a classificar a ética profissional como “uma coisa de velhos”, Miguel Almeida levantou a questão da falta de “velhos” na arqueologia de salvamento, o que na sua opinião, estava na génese de alguns dos problemas do sector, e sublinhou que no seu entender as universidades não devem enveredar pela profissionalização excessiva na formação conferida aos alunos.

Foi ainda focada a necessidade de aprofundar as ligações à Universidade por parte das Autarquias, por António Carvalho, garantindo uma actualização da formação dos profissionais e dando aos estudantes uma possibilidade de contacto com a actividade profissional.

Carlos Fabião aproveitou para lamentar o fim dos PNTA, na perspectiva em que estes eram os únicos meios de financiamento, ainda que ténues e insuficientes, acessíveis a quem não estava enquadrado numa estrutura de investigação, o que não acontece com os financiamentos da FCT.

Luiz Oosterbeek, discordou desta posição mas, aproveitou para considerar fundamental que tal como na Irlanda também cá se faça um estudo prospectivo da arqueologia nacional, para se poder adequar a oferta às necessidades do país.

Os dois painéis previstos para a tarde, mantiveram o nível de interesse e participação registado durante a sessão da manhã, que apesar do atraso de cerca de 20 minutos com que começou se estendeu até perto das 14h00, hora a que estava previsto iniciarem os trabalhos relativos à sessão da tarde. Esta terminaria pelas 20h00, o que demonstra o interesse e o elevado grau de participação dos presentes.

Painel II

O painel sobre o acesso à carreira foi aberto por Maria José Almeida que começou por diferenciar a regulação da profissão da regulação da actividade, pois, enquanto no primeiro caso se exige a posse de um título profissional obrigatório, que atestam que o seu detentor possui as competências necessárias para o exercício da profissão, no segundo o que acontece

é existir uma entidade de tutela que autoriza a realização de tarefas dentro do âmbito da sua competência. No que concerne à arqueologia, os pedidos de autorização são o exemplo da regulação da actividade.

Tendo por base esta distinção, passou a analisar quem poderia, face à legislação em vigor, dirigir trabalhos arqueológicos. De acordo com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, a direcção de trabalhos teria de ser confiada a um licenciado cujo currículo se enquadrasse nos critérios de acesso à carreira de arqueólogo da função pública.

No entanto, com a extinção das carreiras específicas da função pública, entre as quais a de arqueólogo, está criado um vazio legal.

Na opinião da jurista da APA a quem foi colocada a questão, neste quadro será o reconhecimento da instituição onde foi obtido o grau académico a ser tido em conta na concessão das autorizações para direcção de trabalhos.

Ainda de acordo com o mesmo parecer o grau académico necessário para a direcção de trabalhos deve ser a licenciatura, comprovada com o currículo, o que no contexto de Bolonha, significará o primeiro ciclo de estudos, desde que este tenha sido realizado em estabelecimento legalmente reconhecido.

Neste contexto o título académico revelar-se-ia suficiente, para o acesso à carreira.

Foram apresentadas por contraponto algumas das profissões que se encontram reguladas e a definição de arqueólogo que pode ajudar, pela sua simplicidade a perceber esta ausência de regulação. Quando a definição de arqueólogo é “Aquele que se dedica à arqueologia”, não se fica com a ideia de uma actividade profissional mas antes de um hobby.

No entanto no que respeita à classificação nacional de profissões a arqueologia entra no campo dos especialistas das ciências sociais e humanas.

Para analisar a suficiência do título académico relativamente ao exercício da profissão foram apresentados alguns exemplos de outros países europeus, verificando-se em particular no caso britânico que a formação profissional era extremamente valorizada, com um forte investimento dos empregadores no suporte financeiro dos custos com a formação dos seus colaboradores. Esta situação resulta da exigência do mercado, mas também da noção dos profissionais de que necessitam de se actualizar e aperfeiçoar para desempenharem as suas funções de acordo com o nível de exigência que lhes é solicitado.

A intervenção foi terminada com uma referência ao caso português, realçando a falta de um mercado para a arqueologia de salvamento, pois aquilo que se valoriza é a existência de uma aprovação do relatório dos trabalhos em detrimento, da qualidade das intervenções, o que tem como consequência ao baixar do nível dos padrões éticos e a degradação das condições laborais.

José Morais Arnaud, da Associação Arqueólogos Portugueses, fez uma intervenção que serviu para enquadrar historicamente a actividade arqueológica no território nacional.

Referiu a diversidade de formações de base dos arqueólogos, por meados do século XX, que permitia encontrar militares, geólogos, médicos, clérigos, professores, entre outros, a desenvolverem trabalhos arqueológicos, de forma espontânea e dependente do seu gosto pessoal.

Tratava-se na generalidade dos casos de arqueólogos amadores, com os riscos da utilização de más metodologias, que isso podia acarretar, com consequências no estudo dos sítios intervencionados por esses amadores bem-intencionados mas mal preparados. Foi citado como exemplo a escavação em vala que pretendia por à vista estruturas construídas, mas que ao ser realizada eliminava as relações estratigráficas entre as estruturas e as superfícies.

Esta situação manteve-se até meados da década de 70 quando começam a surgir ao nível do ensino superior as especializações em arqueologia, integradas nas licenciaturas em história e mais tarde com a criação das variantes em arqueologia.

Essa mudança nas estruturas universitárias coincide com a criação ao nível do poder central de organismos com a tutela directa sobre a actividade arqueológica.

Identificou como segundo momento de mudança na actividade arqueológica a adesão à União Europeia, que com a chegada de fundos para a realização de obras de grande dimensão, passou a implicar a existência de estudos de impacto ambiental o que teve como consequência o crescimento exponencial da actividade arqueológica e a absorção de toda a mão-de-obra disponível.

Essa situação que pareceria, à partida virtuosa, veio a revelar-se perniciosa, visto que em lugar do pleno emprego originou situações de exploração de mão-de-obra e uma proletarização dos jovens arqueólogos.

Relativamente à formação, referiu que na sua opinião o primeiro ciclo de Bolonha deveria corresponder a uma formação de cariz teórico enquanto o segundo ciclo deveria ser ma formação de cariz prático.

Deixou ainda no ar a questão da necessidade de melhorar a qualificação dos activos em lugar de estar a lançar para o mercado novos arqueólogos recém-licenciados todos os anos.

Finalizou a intervenção deixando abertas as portas da AAP, para apresentação de trabalhos científicos e apara a exposição de situações de risco para o património.

A última, intervenção pertenceu a Miguel Almeida da Dryas - Arqueologia, que começou por fazer uma declaração de intenções explicitando que o projecto Dryas assenta na criação de um centro de investigação autónomo cujo financiamento assenta na arqueologia de salvamento.

Enfatizou a importância do retorno social da arqueologia para a tornar uma actividade atractiva e compreendida pela sociedade, garantindo deste modo melhores condições para os profissionais.

Essa situação só poderá ser atingida com a existência de equipas técnicas qualificadas, verificando-se no entanto no recrutamento de novos colaboradores um conjunto de

insuficiências de formação que se podem sintetizar em três vectores: dificuldades de enquadramento institucional, dificuldades técnicas e de interpretação do registo.

Apontou, depois, as deficiências do nosso mercado da arqueologia de salvamento, que é desregulado, desqualificado, onde há uma falta da institucionalização das empresas e de massa crítica a elas associada o que abre o campo à actuação das empresas “low-cost” que procuram com poucos meios e recursos, muitas vezes sem as competências adequadas, realizar as intervenções pelo valor mais baixo possível, o que se traduz na baixa qualidade dos resultados obtidos.

A fraca eficácia da tutela em função da sua fragmentação e duplicação de competências acaba por contribuir para a manutenção desta situação, o que tem como consequência a fraca apetência pelo trabalho de qualidade.

Traçado este panorama, focou-se naquilo que considerou ou perigos de Bolonha, que podem sintetizar-se numa formação teórica desactualizada, numa formação prática insuficiente e numa falta de interdisciplinaridade, nomeadamente no campo das geociências. A estes podem juntar-se a profissionalização precoce, a falta de investimento dos profissionais no 2º ciclo de formação e na sua actualização contínua.

No caso do projecto Dryas, para tentar dar resposta a este panorama foi criar uma solução de qualidade adaptada às necessidades concretas da arqueologia empresarial, que partiu da análise das insuficiências próprias para encontrar formas garantir uma definição de competências e responsabilização de todos os intervenientes num projecto.

Convicto de que as Universidades não estão a formar jovens com o perfil pretendido, no âmbito do projecto Dryas, está contemplada a formação dos colaboradores nos aspectos em que se verifica um maior deficit de competências.

Salientou a necessidade de se reestruturar o edifício administrativo que tutela a arqueologia, apesar das dificuldades que isso acarreta por se tratar de um sector recentemente reformulado.

Essa reestruturação deve assentar em três vectores: a acreditação das empresas, a credenciação dos arqueólogos e a autorização para intervenções concretas, que supririam a actual falta de regulação.

Os critérios de acesso à “carteira profissional”, que neste momento se podem fazer apenas com base na formação académica devem evoluir no futuro para outro tipo de situações. Nesse sentido, concluiu que a formação académica não será nunca motivo suficiente para garantir o acesso à profissão, até pelas suas insuficiências, devendo fazer-se num novo plano de ordenamento jurídico e contando com as participações de uma Associação Profissional e das estruturas empresariais.

Chamou ainda a atenção para a questão da necessidade de regulação dos trabalhos arqueotematologia, em função do desenvolvimento que essa área ganhou desde a criação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos em vigor.

No debate os vários intervenientes centraram as suas intervenções na necessidade de garantir uma maior relação entre as entidades formadoras e as entidades empregadoras, o que tem permitido nas situações em que se verifica aumentar os níveis de empregabilidade e de qualificação dos recém-licenciados.

Essa proximidade entre o mercado e o ensino poderia, igualmente, na opinião de alguns do intervenientes contribuir para aumentar a facilidade de certificação das empresas, garantindo, desse modo a melhoria da qualidade das intervenções de salvamento.

Foi ainda afluída necessidade de mudança de paradigma na realização dos estudos de impacto das grandes obras públicas que inseridas no mercado global europeu passarão a reger-se por níveis de qualidade em que o preço será apenas um factor a ter em conta, mas integrado no conjunto de rapidez, capacidade técnica e qualidade dos recursos humanos da equipa.

Painel III

O último painel tinha prevista a presença de um representante da administração central, outro da administração local, de uma empresa de arqueologia e de um profissional liberal, para falarem sobre o emprego e a empregabilidade em arqueologia.

Infelizmente, por motivos de saúde, o Dr. António Valera comunicou-nos na véspera à noite que não poderia estar presente em representação da ERA-Arqueologia e, já no próprio dia, o Dr. Paulo Dordio, fez-nos chegar uma mensagem a informar que não poderia comparecer por motivos pessoais.

Poderia pensar-se que com estas ausências a o painel se tornaria menos interessante para o público, no entanto tal não se veio a verificar.

A primeira intervenção pertenceu ao Dr. Pedro Faria do IGESPAR (extensão de Vila do Conde), que substituiu o Dr. Paulo Amaral da DRC-Norte, que nos tinha informado antecipadamente que não poderia estar presente.

O Dr. Pedro Faria centrou a sua informação na necessidade de fiscalização das empresas, nomeadamente através da definição de características essenciais ao funcionamento das empresas de arqueologia.

Defendeu a função reguladora e fiscalizadora do estado para garantir a qualidade das intervenções arqueológicas, mas libertando-se das cargas burocráticas actualmente impostas aos técnicos.

Realçou a necessidade de mudar a estrutura orgânica para evitar a duplicação de funções que se verifica actualmente entre o IGESPAR e as DRC.

Salientou a necessidade de se criar uma distinção para o papel dos empresários em nome individual e para as empresas de arqueologia, nomeadamente tipificando o tipo de trabalhos que poderia ser assegurado pelos empresários em nome individual.

Salientou a importância do papel dos coordenadores científicos como elementos orientadores das intervenções em lugar de serem apenas um nome no pedido de autorização.

Terminou a intervenção destacando a necessidade de especialização curricular que no seu entender se impunha com o modelo de Bolonha.

A última intervenção do dia coube ao Dr. António Carvalho Director do Departamento de Cultura da CM Cascais, que por desempenhar funções de dirigente, pode trazer uma visão mais alargada sobre o papel que os arqueólogos podem vir a desempenhar no contexto autárquico.

Começou por apresentar um conjunto de dados sobre o desenvolvimento da actividade arqueológica, que demonstram a evolução do número de intervenções, a percentagem esmagadora das intervenções de salvamento realizadas nos anos mais recentes. Estes dados foram complementados com outros relativos ao tipo de trabalhos realizados á dispersão litoral vs interior, ao crescimento das intervenções urbanas, e ao aumento do número de arqueólogos.

Feito este enquadramento que permitiu ainda verificar que, a maioria das equipas que realizam intervenções arqueológicas estão enquadradas em estruturas empresariais e, que os financiamentos para as intervenções são maioritariamente de origem privada, apresentou os dados relativos a um inquérito dirigido aos 308 municípios nacionais sobre a existência de cartas arqueológicas publicadas em cada um deles.

Saliente-se que neste universo apenas foram obtidas cerca de 1/3 das respostas possíveis, sendo que destas cerca de 78% confirmaram a existência de uma carta arqueológica publicada no concelho o que representa um número relativamente reduzido, face ao conjunto de autarquias nacionais.

Foi possível verificar que, de acordo com os dados recolhidos, a maioria destas cartas arqueológicas foi elaborada no início da década de 90, coincidindo com a elaboração da primeira geração de PDM's.

No que respeita às perspectivas de emprego, foram apresentadas como potenciais formas de gerar emprego, a revisão dos PDM's, a ausência de Cartas Arqueológicas em grande parte do território, as obrigações legais no domínio da arqueologia que têm vindo a ser atribuídas às autarquias e o novo regime de contratação pública.

Um aspecto que mereceu destaque foi, no caso dos municípios com uma zona costeira ou fluvial importante a possibilidade de elaboração de cartas arqueológicas relativas ao património subaquático, como potencial factor de oportunidades de emprego.

Por outro lado o pacote legislativo, que altera os vínculos carreiras e vencimentos, foi apresentado como uma possibilidade de facilitar a contratação de pessoal, visto que para cada projecto a desenvolver será alocada uma verba para despesas com pessoal que possibilitará sempre que necessário contratar novos técnicos para a execução dos projectos.

Iniciado o espaço destinado ao debate a participação foi bastante viva com várias intervenções a questionarem o papel interventivo da tutela e a sua incapacidade para fazer uma triagem entre quem exerce a actividade arqueológica com qualidade técnica e ética e aqueles que não o fazem.

Outro dos aspectos em foco foi a falta de preparação para assumir a condução de trabalhos arqueológicos sentida pelos recém-licenciados presentes na sala, tendo-se estabelecido uma longa troca de experiências sobre os percursos profissionais dos arqueólogos mais experientes presentes na sessão, com o objectivo de demonstrar que embora nem sempre seja linear a forma como se consegue desenvolver uma carreira em arqueologia a chave para isso, passa pelo empenho pessoal na especialização dos conhecimentos e pela actualização constante.

Todos concordaram que é necessária uma formação de cariz prático, que embora exista em algumas das faculdades, não assume uma componente obrigatória em todas, daí podendo resultar a falta de segurança sentida pelos estudantes e recém-licenciados.

Apesar do interesse e ambiente vivo do debate, tivemos que encerrar pelas 20h00, dado que já tínhamos esgotado largamente o tempo destinado à sessão e a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, já havia encerrado sendo necessário, libertar o espaço para as equipas de limpeza e manutenção.